

Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social - CEPPS

Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Políticas de Previdência Social - CEPPS, realizada no dia 23 de setembro de 2024.

1 Dia vinte e três(23) do mês de setembro de 2024, às 15:00hs, no Ambiente Virtual fornecido
2 pela plataforma Google Meet, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual
3 de Políticas de Previdência Social - CEPPS, que contou com a participação dos Conselheiros,
4 Conselheiras e Convidados: **Naiana Lima** (Conselheira Suplente - Presidente do CEPPS),
5 **Adriano Pinheiro** (Conselheiro Titular - Presidente da Cearaprev), **Rommel Barroso**
6 (Conselheiro Titular - Vinculado à PGE), **Marcelo Gondin** (Conselheiro Titular - Vinculado ao
7 TCE), **Denílson Adriano** (Conselheiro Titular - Vinculado a ALECE), **Patrícia Lima** (Conselheira
8 Titular - Vinculada à PGJ), **Nilson Cardoso** (Conselheiro Titular - Vinculado ao SUPSEC),
9 **Virgínia Assunção** (Conselheira Titular - Vinculada ao SUPSEC), **Carmelita Sampaio**
10 (Conselheira Titular - Vinculada ao SUPSEC), **Jeruza Feitosa** (Conselheira Titular - Vinculada
11 ao SUPSEC), **Zuleide Fernandes** (Conselheira Titular - Vinculado ao SUPSEC), **Sérgio Martins**
12 (Conselheiro Titular - Vinculado ao SUPSEC), **Isaac Figueiredo** (Conselheiro Suplente -
13 Representante da Cearaprev), **Audrey Petrola** (Conselheira Suplente - Vinculada ao
14 SUPSEC), **Manuel Carlos** (Conselheiro Suplente - Vinculado ao SUPSEC), **Sérgio Bastos**
15 (Assessor de Controle Interno da Cearaprev), **Paulo Sucupira** (Diretor de Gestão de
16 Investimentos da Cearaprev), **Andréa Duarte** (Assessora Jurídica da Cearaprev), **Mariana**
17 **Oliveira** (Diretoria de Estudos Econômicos e Atuariais da Cearaprev), **Paloma Musa**
18 (Diretoria de Estudos Econômicos e Atuariais da Cearaprev), **Hirvina Martins** (Diretoria de
19 Estudos Econômicos e Atuariais da Cearaprev), **Silvino Rhayne** (Diretoria de Estudos
20 Econômicos e Atuariais da Cearaprev), **Paula Thiers** (Assessora Especial da Cearaprev) e
21 **Elayne Naglle** (Assessoria de Comunicação da Cearaprev). **A reunião foi gravada pelo**
22 **ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do**

23 **Google Drive.** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos para análise
24 dos **tópicos da pauta do dia: 1) Aprovação das atas de Posse e da 9ª Reunião Ordinária do**
25 **CEPPS; 2) Apresentação sobre Benefício Especial e Déficits da Previdência do Estado do**
26 **Ceará; e 3) Encaminhamentos e Deliberações.** Os materiais anexos à pauta foram enviados
27 previamente aos membros deste Comitê via e-mail institucional. A assessora Paula Thiers
28 iniciou a reunião tomando a palavra para cumprimentar os presentes e registrar a presença
29 dos membros e convidados, dando início formal aos trabalhos. Em seguida, apresentou o 1º
30 tópico do dia **1) Aprovação das atas de Posse e da 9ª Reunião Ordinária do CEPPS** e
31 perguntou aos demais sobre sua concordância. As atas foram aprovadas por unanimidade.
32 Isaac Figueiredo passou para o próximo tópico **2) Apresentação sobre Benefício Especial e**
33 **Déficits da Previdência do Estado do Ceará.** Isaac iniciou sua apresentação afirmando que
34 estavam reunidos para esclarecer pontos relevantes sobre a Previdência. Ele destacou que
35 a questão do benefício especial, tema central da reunião, tem ganhado grande destaque
36 nos últimos dias, pois o período de migração para a Previdência Complementar dos
37 servidores que ingressaram até julho de 2021 no Estado do Ceará ainda está em aberto,
38 possuindo data limite no dia 31/12/2024. Dada a importância do tema, Isaac se propôs a
39 esclarecer os detalhes sobre o benefício especial, incluindo a sua fórmula de cálculo, a
40 quem o mesmo se destina e seu funcionamento, ressaltando a importância da total
41 compreensão do benefício, e colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.
42 Isaac explicou que o benefício especial é um valor pago ao servidor quando este entra em
43 gozo de aposentadoria, ou a seus dependentes, em caso de pensão, juntamente com o
44 benefício de aposentadoria ou pensão e se estende por todo o período em que o benefício
45 principal é pago. Isaac frisou que o benefício especial não é acessível a todos os servidores,
46 sendo destinado apenas àqueles que optarem por aderir à Previdência Complementar,
47 limitando sua remuneração de contribuição e benefício ao teto do regime geral, que
48 atualmente é de aproximadamente R\$7.800,00. Embora o benefício especial não seja
49 propriamente previdenciário, ele é administrado pela Cearaprev e pago por meio de
50 dotação do Tesouro Estadual. Além da opção à limitação da remuneração de contribuição ao
51 teto, existem outros critérios que determinam quem tem direito ao benefício especial.
52 Primeiramente, o servidor deve ter ingressado no Estado antes de agosto de 2021, data em
53 que o Regime de Previdência Complementar - RPC entrou em vigor no Ceará com a criação

54 da CE-Prevcom. A partir dessa data, todos os novos servidores estão automaticamente
55 sujeitos ao teto, mas para aqueles que já faziam parte do quadro, a adesão ao RPC é
56 opcional. Outro critério importante é que a média das remunerações do servidor que
57 ingressou até julho de 2021 deve ser superior ao teto do regime geral. Se essa média for
58 inferior, o benefício especial será nulo, conforme a fórmula de cálculo que será detalhada
59 adiante. Além disso, para ter direito ao benefício especial, o servidor não pode ter
60 cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária, seja por idade, seja por tempo de
61 contribuição ou por outro critério. O prazo máximo para optar pela migração ao regime de
62 Previdência Complementar era inicialmente 31 de julho de 2024, mas foi estendido até 31
63 de dezembro de 2024. O pagamento do benefício especial é garantido pela Lei
64 Complementar 123/2013, que assegura seu caráter de ato jurídico perfeito. **O Conselheiro**
65 **Capitão Sérgio questionou se os militares não teriam acesso ao benefício especial.** Isaac
66 respondeu que os militares não estão sujeitos à Previdência Complementar, ao limite do
67 teto do regime geral, o que os tornaria elegíveis ao benefício especial. Atualmente, está em
68 estudo uma alteração no estatuto que possibilitaria a adesão dos militares de forma
69 facultativa. Caso o militar opte por aderir, ele não estará limitado ao teto do regime geral
70 em nenhum momento, podendo este contribuir e aderir a algum plano de benefícios,
71 embora em modalidades diferentes das que são oferecidas aos servidores civis.
72 Continuando sua apresentação, Isaac explicou que há o pagamento de décimo terceiro para
73 o benefício especial, de forma similar ao que ocorre com a aposentadoria e a pensão.
74 Seguindo, Isaac destacou algumas regras importantes sobre o benefício especial: I) Quando
75 ele é calculado na data da opção, seu valor passa a ser corrigido pelo índice de inflação INPC
76 durante a fase ativa, também conhecida como fase de diferimento. Já quando o benefício
77 começa a ser pago, no momento da aposentadoria, ele passa a ser atualizado conforme a
78 revisão geral do Estado, na mesma data; II) Sob o benefício especial, não incide contribuição
79 previdenciária, diferente do benefício previdenciário de aposentadoria; III) É incidido o
80 imposto de renda, uma vez que se trata de uma renda compensatória, não indenizatória; IV)
81 É considerado para fins de limite máximo remuneratório. Após, Isaac mostrou dois gráficos
82 ilustrativos, para fins didáticos e comparativo de situações, onde o primeiro demonstrava a
83 situação do servidor que não optou pela migração e o segundo com a situação de opção à
84 migração e adesão ao benefício especial. O primeiro gráfico representa a linha do tempo na

85 vida funcional do Servidor até sua aposentadoria, incluindo remunerações, progressões e
86 eventuais reajustes salariais, além das revisões gerais do Estado que, em alguns casos,
87 superam a inflação. Isaac indicou que a parte mais clara do gráfico representa os 14% de
88 contribuição previdenciária, descontados de todo servidor ativo. Ele começou o exemplo no
89 momento em que o servidor ingressa no serviço público do Estado do Ceará e prosseguiu
90 até o presente, fazendo uma projeção para o futuro. À medida que a remuneração do
91 servidor aumenta, a base de cálculo para os 14% de contribuição também cresce
92 proporcionalmente. Isaac abordou a situação dos servidores que optaram por não migrar
93 para a Previdência Complementar. Ele destacou que alguns dos presentes já haviam feito a
94 migração, como Denilson e Sérgio, mas que havia também servidores que permaneceram
95 no regime anterior. Ele exemplificou a situação de um servidor que ingressou em 2004, cujo
96 benefício é calculado com base na média das remunerações e não na última remuneração.
97 Com essa base, Isaac explicou que se calcula uma média e, a partir disso, o benefício é pago
98 mensalmente pelo regime próprio de Previdência Social do Estado do Ceará. Ele, então, fez
99 uma analogia sobre a migração para a Previdência Complementar. Isaac observou que, no
100 passado, o servidor não havia feito alterações em sua situação. No entanto, a partir de hoje,
101 se decidir migrar, um novo elemento entra em cena: o teto do regime geral, que em 2024 é
102 de R\$7.786,02. Ele destacou que, ao migrar, a parte do Regime Próprio de Previdência Social
103 (RPPS) da remuneração de contribuição do servidor ficaria limitada a esse teto. Assim, a
104 contribuição para o regime próprio também seria de 14% sobre R\$7.786,02. Isaac também
105 questionou sobre o que acontece com a parte da remuneração que ultrapassa esse teto. Ele
106 esclareceu que essa parte excedente seria destinada à Previdência Complementar, servindo
107 como uma reserva para o futuro benefício do servidor. Ao se aproximar da aposentadoria, o
108 benefício seria calculado com base no teto de R\$7.786,02. Ele reforçou que, a partir da
109 migração, essa limitação se aplicaria também na aposentadoria. Importante frisar que o
110 valor de R\$7.786,02 é o atual, mas é um parâmetro que pode aumentar no futuro. Se, por
111 exemplo, no momento da aposentadoria, o teto for de R\$9.000,00, esse será o novo limite.
112 Isaac ressaltou que, no passado, se o servidor recebeu acima de R\$7.786,02, seu benefício
113 futuro estará limitado a esse valor, o que significaria uma perda em relação ao tempo que
114 contribuiu acima desse limite. É nesse contexto que entra o benefício especial, que será
115 calculado com base nas contribuições que excederam os R\$7.786,02. Ele explicou que,

116 utilizando uma fórmula específica, seriam considerados os 80% das maiores contribuições,
117 cujo valor seria então ajustado de acordo com o teto do regime geral na época da simulação.
118 A quantidade de meses de contribuição para o Estado do Ceará seria dividida pelo total de
119 meses necessários para se ter direito a uma aposentadoria programada. Por exemplo, um
120 homem precisaria de 35 anos de contribuição, enquanto uma mulher precisaria de 30 anos;
121 no caso de professoras, esse tempo poderia ser reduzido para 25 anos. O denominador,
122 portanto, tem flexibilidade em relação ao gênero e à categoria profissional do servidor.
123 Isaac esclareceu que, embora a questão não seja o ponto crucial da discussão, é importante
124 não confundir os conceitos. Ele destacou que a situação se transformará em um benefício
125 especial, representado pela área verde. Assim, no futuro, o servidor receberá um benefício
126 até o teto de R\$7.800,00, o teto vigente na época, acrescido de um benefício especial, que
127 será calculado com base na parcela excedente. Além disso, haverá uma terceira fatia,
128 resultante da adesão à Previdência Complementar, na qual o servidor passará a contribuir,
129 direcionando esses valores para o mercado financeiro. Esses recursos receberão retornos de
130 investimentos e, no futuro, serão convertidos em renda, permitindo que o servidor junte
131 essas três parcelas em seu benefício total. Isaac enfatizou a importância de fazer uma
132 comparação clara entre as opções. Ele apresentou a situação em que o servidor não realiza
133 nenhuma mudança, recebendo apenas o benefício integral pago pelo regime próprio, que é
134 administrado pela Cearaprev. Em contraponto, ele analisou a adesão ao plano,
135 questionando se a soma dessas três fatias seria maior ou menor do que o benefício
136 oferecido exclusivamente pelo regime próprio. Essa é a questão central da análise. Ele
137 observou que os cálculos necessários para essa comparação não são simples ou rápidos, não
138 podendo ser realizados apenas em uma planilha ou em um pedaço de papel. Para facilitar
139 essa tarefa, a Cearaprev desenvolveu um simulador que permite ao servidor encontrar os
140 números relevantes e tomar uma decisão informada sobre sua adesão à Previdência
141 Complementar. O simulador permite calcular tanto o valor pago pelo Regime Próprio de
142 Previdência Social (RPPS) quanto o referente ao benefício especial. Ele destacou que o
143 simulador abrange grande parte do período e integra as regras de aposentadoria,
144 permitindo que o usuário estime tanto o tempo até a aposentadoria quanto o valor do
145 benefício e do benefício especial. Isaac mencionou que esse simulador foi destaque em
146 uma revista de circulação nacional, publicada pelo Ministério da Previdência, na edição de

147 abril de 2024, que destacou iniciativas de gestão previdenciária. Além disso, existe outro
148 simulador disponível na CE-Prevcom, onde os servidores podem simular a parte que se
149 refere à previdência complementar. Isaac também enfatizou a importância das palestras
150 mensais realizadas em parceria com a CE-PREVCOM. Essas palestras têm o objetivo de
151 aprofundar o entendimento sobre os temas abordados, apresentando exemplos práticos. A
152 última palestra ocorreu no CISP, da Secretaria de Segurança Pública, e ele anunciou que a
153 próxima será no dia 8 de outubro, organizada pela Escola Pública de Gestão (EGP). Ele
154 incentivou os conselheiros a divulgarem essa informação, ressaltando que o conteúdo pode
155 ser de grande interesse para os servidores. Isaac reforçou que é fundamental que cada
156 servidor faça seus próprios cálculos para avaliar se a adesão à Previdência Complementar é
157 vantajosa. Ele destacou que, em algumas situações, pode não ser benéfico, mas o
158 importante é que cada um faça suas contas e tome uma decisão com base nessas análises.
159 Ele compartilhou um exemplo positivo, citando a simulação realizada pela atual presidente
160 Naiana, que resultou em uma situação favorável para ela. Com isso, Isaac concluiu que
161 existem cerca de 13.800 servidores, dos quais 3.800 são do PREVID e o restante do
162 FUNAPREV, que possivelmente serão beneficiados com a migração. Após, ele abriu o espaço
163 para perguntas e para passar para o próximo tópico, incentivando a participação de todos na
164 discussão. **Carmelita** questionou sobre a cobertura de seguro em relação a doenças
165 pré-existentes, expressando a necessidade de esclarecer essa dúvida durante os momentos
166 de capacitação. Ela sugeriu que essa questão fosse formalmente incluída nas pautas, para
167 que a CE-PREVCOM pudesse oferecer respostas mais claras, uma vez que ela se sente
168 impedida de avançar sem essa informação. Carmelita explicou que, embora não tenha mais
169 a doença pré-existente, ela é transplantada, especificamente de córnea. Durante uma
170 consulta anterior, o consultor da CE-Prevcom não conseguiu fornecer uma resposta
171 satisfatória sobre a cobertura do seguro nesse contexto. Portanto, ela enfatizou a
172 importância de ter essa informação para poder tomar uma decisão informada. Isaac
173 respondeu destacando que a questão levantada por Carmelita é bastante específica e
174 merece uma análise mais detalhada. Ele se comprometeu a levar o tema para a próxima
175 palestra, ressaltando que o foco atual é a Previdência Complementar. Ele explicou que,
176 dentro desse contexto, existe um seguro associado ao capital de risco, que cobre situações
177 como invalidez ou falecimento do servidor, oferecendo um complemento à remuneração

178 ou ao benefício por meio de um capital segurado. Esse seguro é gerido por uma seguradora,
179 e para ser coberto, o servidor precisa ser considerado um "risco aceito" — termo técnico
180 utilizado no setor. Isaac mencionou que, em algumas situações, a cobertura do seguro pode
181 ser recusada, dependendo do perfil do risco. No entanto, ele ressaltou que essa é uma
182 informação relevante para a tomada de decisão dos servidores, especialmente ao avaliar a
183 adesão à Previdência Complementar. Para ilustrar, Isaac contou que já viu casos em que
184 uma pessoa foi recusada pelo seguro, mas ainda assim optou por aderir à Previdência
185 Complementar. A decisão foi tomada com base em uma análise cuidadosa de sua situação
186 financeira, familiar e econômica, concluindo que, mesmo sem a cobertura do seguro, a
187 adesão era vantajosa. Ele enfatizou que essa escolha é muito pessoal e deve ser
188 considerada caso a caso, levando em conta todos os aspectos envolvidos. **Naiana** pediu a
189 palavra e acrescentou que, conforme mencionado por Isaac, o benefício em questão não se
190 trata de um benefício previdenciário. Por esse motivo, é administrado pela Cearaprev, mas
191 financiado com recursos do Tesouro Estadual. No caso dos poderes distintos ao executivo,
192 foi necessário criar ações orçamentárias específicas para prever o pagamento desses
193 benefícios. Assim, é importante que os responsáveis por esses poderes se mantenham
194 atentos ao número de pessoas que aderem ao benefício, garantindo que a previsão
195 orçamentária seja adequada e, se necessário, que os recursos sejam executados por meio
196 dessa dotação específica. Isaac complementou que este ano foi a primeira vez em que o
197 pagamento do benefício especial foi realizado, contando com dotação orçamentária
198 própria, como no caso da Defensoria Pública. **Virginia** perguntou se Isaac havia mencionado
199 um quantitativo de pessoas que poderiam ser beneficiadas ou que estariam entre aquelas
200 para as quais seria vantajoso aderir ao benefício, mas que ainda não o fizeram. Ela
201 lembrou situações de mudança, como a necessidade de realizar a prova de vida, em que,
202 muitas vezes, as pessoas deixam de cumprir essa etapa por falta de compreensão ou de
203 informação. Virginia também quis saber se, além dos números mencionados, havia alguma
204 intenção, por parte do conselho, de realizar uma campanha ou ação para alcançar essas
205 pessoas. Isaac respondeu que a Cearaprev, após diversas conversas recentes com o
206 presidente Adriano, planeja realizar uma campanha mais intensiva para alcançar essas
207 pessoas. Ele destacou que, nas duas palestras anteriores à do CISP, houve uma grande
208 participação, com mais de 200 pessoas acompanhando. No entanto, a última palestra

209 registrou uma queda significativa na participação. Diante disso, a Cearaprev pretende contar
210 com sugestões dos conselheiros e intensificar os esforços de comunicação, enviando mala
211 direta aos e-mails dos servidores. Até então, a estratégia de divulgação se baseava nos
212 canais de comunicação e nos departamentos de RH, mas ficou claro que essa abordagem
213 não foi suficiente para garantir o engajamento necessário na última palestra. Isaac
214 expressou preocupação de que a próxima palestra também não alcance o público desejado,
215 ressaltando a importância de os servidores se informarem e acompanharem as questões
216 que lhes dizem respeito. Isaac continuou sua fala, enfatizando que esse assunto precisa, de
217 qualquer forma, chegar ao conhecimento dos servidores. Ele explicou que, para tornar a
218 comunicação mais eficaz, estão finalizando uma cartilha com um passo a passo detalhado
219 sobre como utilizar os simuladores, que será enviada diretamente aos e-mails dos
220 servidores. A cartilha já virá com o link direto para o simulador e incluirá um convite para a
221 próxima palestra. A expectativa é que esse material esteja pronto a tempo de ser divulgado
222 durante a Semana do Servidor. Ele ressaltou que, embora essa iniciativa ainda esteja nos
223 estágios iniciais, já há um esforço claro para garantir que os servidores tenham acesso direto
224 às informações. **Adriano** complementou que o papel de todos é incentivar os servidores a
225 explorarem o material, utilizar o simulador e, a partir disso, levantar suas dúvidas para que
226 estas possam ser esclarecidas. Ele fez questão de lembrar que a decisão final sempre
227 pertence ao servidor. Cabe à Cearaprev, à CE-PREVCOM e aos demais envolvidos oferecer a
228 orientação necessária, tirar dúvidas e disponibilizar as informações. Contudo, a escolha de
229 aderir ou não à previdência complementar cabe a cada servidor. Ele também destacou que é
230 possível que dois servidores em condições semelhantes tomem decisões diferentes sobre a
231 migração, cada um baseado em suas próprias avaliações e necessidades. Ambos podem ter
232 argumentos válidos, pois há variáveis que não estão sob controle. O papel da Cearaprev e
233 da CE-PREVCOM, portanto, é criar os canais necessários para que essas informações
234 cheguem aos servidores, evitando que, ao fim do prazo, eles se sintam despreparados para
235 decidir. Adriano mencionou ainda que houve casos de servidores que, ao se aproximar da
236 data limite de 31 de julho, ainda não sabiam como proceder. Por isso, o prazo original, que
237 era até 31 de julho, foi prorrogado para 31 de dezembro. Ele reforçou o convite para que
238 todos se informem, se preparem e tomem uma decisão consciente antes do prazo final.
239 **Virginia** destacou que, nas sessões sindicais, e até mesmo nos debates realizados no grupo

240 do conselho, percebeu que a política previdenciária é um tema que, por algum motivo, não
241 desperta muito interesse entre as pessoas. Segundo ela, isso pode estar relacionado à
242 cultura de associar o planejamento previdenciário ao fim da carreira, levando muitos a
243 acreditarem que ainda não é o momento de se preocupar com o assunto. Ela ressaltou que
244 é necessário desconstruir esse mito, essa mentalidade, pois não deve ser a postura
245 adotada, especialmente após tantas reformas e mudanças que afetam diretamente os
246 servidores. Virginia explicou que, como foi discutido em reuniões anteriores, o conselho
247 organizou uma orientação clara para diferentes grupos, dependendo do ano em que
248 ingressaram no serviço público, para ajudar os servidores a se posicionarem em relação às
249 questões previdenciárias. No entanto, a adesão foi baixa, mesmo com um debate que se
250 propôs a ser mais amplo, não apenas focado em benefícios específicos, mas abordando
251 questões maiores relacionadas à previdência social e à grande desinformação,
252 especialmente entre os novos ingressos. Virginia defendeu a importância de uma postura
253 crítica e de autonomia para tomar decisões que vão além das deliberações do conselho. Ela
254 afirmou que, quando os servidores não compreendem os processos previdenciários,
255 acabam lamentando as oportunidades perdidas. Reconheceu que, para alguns, a adesão a
256 determinados benefícios pode ser inviável por questões financeiras ou pela sua realidade
257 de vida. Ela também ressaltou o dilema entre buscar uma aposentadoria mais segura no
258 futuro e enfrentar as dificuldades do presente, algo que, segundo ela, deve ser ponderado
259 com cuidado. Por isso, considera tão relevante promover o debate, para que os servidores
260 possam entender melhor as opções disponíveis e tomar decisões mais informadas, sem
261 sentir a pressão de serem compelidos a escolher uma ou outra opção. Virginia enfatizou que
262 a escolha sobre aderir a um benefício é, em última análise, uma decisão pessoal, que
263 envolve também uma avaliação familiar, pois é importante estar com os "pés no chão" ao
264 decidir. No entanto, os servidores têm o direito de estar bem-informados e de tomar suas
265 próprias decisões sobre o que é melhor para suas vidas e carreiras. Ela ainda lembrou que,
266 no passado, outras empresas estatais enfrentaram desafios semelhantes no que diz
267 respeito à previdência, e que hoje essa realidade se tornou ainda mais difícil, tornando
268 essencial que os servidores estejam preparados e conscientes para enfrentar as mudanças.
269 **Isaac** passou para o próximo tópico, abordando os fundos deficitários da Cearaprev. Ele
270 começou relembrando a estrutura administrativa e financeira da instituição, explicando que

271 a Cearaprev gerencia dois sistemas: um dedicado aos servidores civis e outro aos militares.
272 O sistema dos civis, conhecido como Supsec, opera por meio de dois fundos
273 previdenciários: o Funaprev, que cobre servidores que ingressaram antes de 2014, e o
274 Previd, que atende aqueles que ingressaram a partir de 2014. Isaac destacou que o Funaprev
275 é um fundo deficitário, já que as contribuições arrecadadas não são suficientes para custear
276 os pagamentos dos benefícios. Por outro lado, o Previd é um fundo superavitário,
277 sustentado principalmente pelos servidores mais recentes. Em relação aos militares, todos
278 estão incluídos em um único fundo, o Prevmilitar, que também é deficitário, assim como o
279 Funaprev. Dessa forma, dos três fundos administrados pela Cearaprev, dois apresentam
280 déficits (Funaprev e Prevmilitar), enquanto apenas o Previd é superavitário. Para ilustrar
281 melhor a situação, Isaac trouxe alguns números. Atualmente, o sistema previdenciário
282 estadual atende cerca de 153 mil pessoas, divididas entre 73 mil servidores ativos, 60 mil
283 aposentados e aproximadamente 20 mil pensionistas. No Funaprev, há 34.600 servidores
284 ativos, 53 mil aposentados e um número reduzido de pensionistas, devido a um movimento
285 recente de transferência de matrículas para o Previd, que conta com mais de 11 mil
286 pensionistas e ainda poucos aposentados, dado que a maioria dos servidores é recente. No
287 fundo dos militares, são 23.281 ativos, 7.461 inativos e 7.742 pensionistas. Isaac explicou
288 que, antes de 2011, todos os servidores civis e militares faziam parte de um único fundo, o
289 Supsec. A partir desse ano, houve a segregação da massa, criando os fundos específicos:
290 Funaprev, Previd e Prevmilitar. Ele destacou que as despesas com aposentadorias e
291 pensões tendem a aumentar, já que o número de novos aposentados é maior do que o de
292 falecimentos, além dos reajustes nos benefícios que também pressionam os custos. Por
293 outro lado, as receitas dos fundos, provenientes de contribuições dos servidores e do
294 Estado, retornos de investimentos e compensações previdenciárias, têm crescido,
295 especialmente desde 2017, com o aumento das alíquotas de contribuição. Contudo, as
296 receitas ainda não conseguem cobrir totalmente as despesas, gerando um déficit que é
297 complementado pelo tesouro estadual. Ele destacou um ponto importante: em 2013, o
298 déficit financeiro ultrapassou a marca de um bilhão de reais e, desde então, a situação se
299 agravou. No entanto, a partir de 2016 e 2017, algumas medidas, como o aumento das
300 contribuições e a reforma previdenciária, ajudaram a estabilizar o déficit em torno de um
301 bilhão e meio de reais. A revisão da segregação de massa, que transferiu parte dos

302 beneficiários para o fundo superavitário, também contribuiu para aliviar a pressão sobre o
303 Funaprev. Essas ações proporcionaram ao Estado uma maior estabilidade no sistema
304 previdenciário, evitando que o déficit se agravasse ainda mais. Isaac concluiu que, apesar da
305 situação ainda demandar atenção, as medidas adotadas até agora têm ajudado a controlar o
306 déficit e manter o equilíbrio financeiro dos fundos administrados pela Cearaprev. Isaac
307 explicou que, ao serem analisados os dados financeiros da Cearaprev, era importante
308 esclarecer alguns movimentos bruscos observados nas despesas, especialmente em 2021.
309 Nesse ano, houve uma queda acentuada nas despesas, resultado da transferência
310 significativa de pensionistas do fundo Funaprev para o Previd, o que impactou diretamente
311 as despesas do fundo Funaprev. Essa mudança reduziu a necessidade de aportes, pois
312 menos recursos eram necessários para cobrir os benefícios. Além disso, o crescimento das
313 receitas nesse período estava ligado à reforma da Previdência, que ampliou a base
314 contributiva dos ativos e beneficiários, aumentando assim a arrecadação. Após refletirem
315 sobre o passado, era necessário projetar o futuro e compreender como era calculada a
316 situação atuarial de um regime de previdência. Isaac destacou que a análise atuarial
317 envolvia a linha do tempo, que considerava a idade de admissão, a idade atual e a idade de
318 aposentadoria. Desde a idade atual até a aposentadoria, havia um fluxo de contribuições
319 que deveria ser trazido a valor presente, ou seja, calculado com base no seu valor atual. A
320 partir da idade de aposentadoria, iniciava-se o recebimento de um fluxo de benefícios, que
321 se estendia até o final da vida do beneficiário, a chamada idade ômega, que também
322 poderia ser reversível para os dependentes. Ele detalhou que o benefício de aposentadoria
323 deveria ser trazido a valor presente, assim como as contribuições. Embora as contribuições
324 tivessem um valor menor em comparação aos benefícios, o complemento necessário
325 deveria ser garantido pelos ativos, que eram as contribuições já realizadas e atualmente
326 capitalizadas. Para ilustrar essa situação, Isaac mencionou o patrimônio do Previd, que se
327 encontrava na faixa de 1,6 a 1,7 bilhão de reais. Isso significava que, ao trazer o valor
328 presente das contribuições e somá-lo ao patrimônio disponível, o total deveria ser
329 compatível com o valor presente dos benefícios futuros. Se o total fosse menor, a situação
330 resultaria em um déficit atuarial; caso contrário, haveria um superávit atuarial. No caso do
331 Previd, a análise apontava que as receitas superavam os benefícios, resultando em um
332 superávit. Por outro lado, nos fundos Funaprev e Prevmilitar, a situação era preocupante,

333 uma vez que o valor presente das receitas futuras não era suficiente para cobrir os
334 benefícios futuros, levando a um déficit atuarial. Além disso, valia ressaltar que o valor
335 acumulado no Funaprev e no Prevmilitar era zero, o que reforçava a necessidade de
336 atenção a esses dois vetores na análise atuarial. Isaac destacou que, ao considerar a
337 situação previdenciária no Brasil, a preocupação se torna ainda mais evidente. Ele informou
338 que, somando todos os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o total investido
339 chega a R\$266 bilhões. No entanto, o déficit atuarial é alarmante, totalizando R\$5 trilhões. A
340 distribuição desse déficit é a seguinte: R\$1,1 trilhão nos municípios, R\$2,3 trilhões nos
341 estados e R\$1,6 trilhões na União. Dentro desse contexto, o estado do Ceará representa
342 uma parte significativa desse déficit, com R\$82 bilhões, conforme a última avaliação atuarial,
343 que engloba o Funaprev e o Prevmilitar. Isaac também mencionou que, no final do ano
344 passado, o valor investido no estado era de R\$1,38 trilhões. Essa cifra, quando comparada ao
345 déficit atuarial de todo o sistema previdenciário do Brasil, revela que o déficit no Ceará é
346 equivalente a cerca da metade do PIB brasileiro, uma situação que, por si só, é bastante
347 preocupante. Contudo, ao analisar mais detalhadamente, Isaac apontou que, em relação ao
348 PIB do Ceará, que ultrapassa R\$200 bilhões, o déficit atuarial de R\$82 bilhões coloca o
349 estado em uma posição relativamente melhor do que a média nacional. Ele ilustrou essa
350 situação com um gráfico que mostrava o fluxo das insuficiências anuais. No ano anterior, o
351 estado fechou com um déficit de R\$1,316 bilhões. Isaac explicou que essa cifra deve ser
352 analisada com uma perspectiva futura. A linha cinza no gráfico representa a avaliação
353 atuarial enviada ao Ministério da Previdência, baseada em premissas conservadoras. No
354 entanto, ele observou que essa abordagem não leva em conta a realidade do adiamento da
355 aposentadoria por parte dos servidores cearenses, que frequentemente postergam essa
356 decisão devido a questões sociais e financeiras. Assim, a avaliação atuarial não reflete com
357 precisão essa situação, resultando em despesas que superam a realidade. Para um
358 entendimento mais realista, a Cearaprev utilizou premissas ajustadas. Por exemplo, a
359 mortalidade dos aposentados inválidos foi estudada, revelando que a força de mortalidade
360 é inferior à considerada para o cálculo oficial enviado ao Ministério. Portanto, quando se
361 utilizam as tábuas do IBGE, as despesas se tornam mais elevadas do que o que realmente se
362 observa. Isaac enfatizou que a linha amarela no gráfico reflete essa perspectiva mais
363 realista, baseada nas estatísticas disponíveis. Embora para a avaliação atuarial, a legislação

364 imponha restrições quanto ao uso de tábuas atuariais, o déficit projetado para 2024 é
365 estimado em torno de R\$1,4 bilhões. Essa cifra deve crescer exponencialmente, podendo
366 ultrapassar R\$4 bilhões na próxima década, o que traz à tona desafios significativos.
367 Segundo ele, será necessário um período de pelo menos duas décadas para que o déficit
368 comece a diminuir e alcance patamares mais administráveis. Ao trazer a situação dos
369 déficits anuais a valor presente, chega-se aos R\$82 bilhões que caracterizam a situação atual
370 do estado. Isaac iniciou uma análise comparativa da receita corrente líquida do estado em
371 relação ao déficit previdenciário, enfatizando a importância dessa métrica para avaliar a
372 capacidade de pagamento do governo. Ele observou que, mesmo em um cenário de
373 estabilidade com um déficit de R\$1,5 bilhões, a receita corrente líquida aumentou ao longo
374 dos anos, resultando em uma redução do percentual de comprometimento. Esse
375 percentual, que se encontra em 8,73%, é obtido ao dividir o déficit previdenciário pelo total
376 da receita corrente líquida. Um percentual menor indica uma melhor capacidade de
377 pagamento, refletindo um comprometimento reduzido das finanças estaduais. Isaac
378 destacou a tendência de diminuição desse percentual ao longo dos anos: em 2018 e 2019,
379 houve uma queda, estabilizando-se em 2021, 2022 e alcançando um patamar histórico de
380 4,11% em 2023. Ao comparar a situação do Ceará com a média nacional, os números se
381 tornaram ainda mais significativos. Em 2019, o Ceará apresentou 7,16%, enquanto a média
382 brasileira foi de 16,2%. Nos anos seguintes, essa diferença se manteve: em 2020, o Ceará
383 registrou 6,89% contra 16,1% no Brasil; em 2021, 4,46% comparado a 12,6%; e em 2022, 4,84%
384 contra 12,9%. Naiana levantou uma questão importante ao observar que, em termos
385 absolutos, 2021 apresentou valores superiores em comparação a 2022. Essa observação
386 sugere que, embora a porcentagem tenha diminuído, a receita real pode ter aumentado de
387 maneira significativa. Isaac, em resposta, questionou a adequação da receita corrente
388 líquida como um parâmetro confiável, especialmente ao compará-la com dados de outros
389 estados. Ele apontou que a receita líquida de tributos poderia servir como um indicador
390 mais preciso, uma vez que a receita corrente líquida abrange convênios, emendas e outras
391 fontes que não são destinadas ao pagamento de déficits. **Naiana** complementou essa
392 discussão, mencionando o exemplo do Fundef. Ela destacou que esse fundo trouxe receitas
393 extraordinárias exclusivamente destinadas à educação, o que impossibilita o
394 redirecionamento desses recursos para outras áreas, como o pagamento de benefícios para

395 inativos. Essa limitação reforça a necessidade de uma análise cuidadosa dos dados
396 financeiros, considerando a real disponibilidade de recursos para cobrir déficits e
397 compromissos financeiros do estado. **Virginia** levantou uma questão importante,
398 expressando sua preocupação sobre a falta de informações disponíveis para os servidores
399 em relação às mudanças nos regimes previdenciários. Ela enfatizou a necessidade de
400 compreender a estrutura estabelecida pelo estado, especialmente diante das críticas que
401 surgiram em relação a como um regime deficitário pode ter influenciado o outro, sem que
402 este último absorvesse adequadamente a cota patronal. Ela observou que essa situação cria
403 uma lacuna de entendimento, tornando difícil para os servidores compreenderem as
404 implicações dessas dinâmicas. Virginia também questionou se seria viável realizar um
405 levantamento das informações necessárias, já que, ao apresentar as diferenças entre as
406 linhas amarela e cinza, surgiram dúvidas sobre se havia uma falha ou uma necessidade
407 específica que justificasse essa discrepância. Ela destacou que não se pode simplesmente
408 criar um regime que se torne superavitário sem considerar o contexto anterior. Por isso,
409 Virginia buscava esclarecer se realmente houve essa transição e quais fatores influenciaram
410 esse processo. Essa questão, segundo ela, é delicada e suscetível a críticas, ressaltando a
411 importância de uma análise aprofundada e transparente sobre a situação previdenciária. Ela
412 abordou as mudanças nos regimes previdenciários e a falta de informação sobre essas
413 transformações. Ela expressou o desejo de compreender se a estrutura estabelecida estava
414 realmente alinhada com as necessidades do estado e como as críticas a essa relação
415 surgiram. Ela mencionou a falta de clareza sobre se um regime deficitário teria contribuído
416 para o outro, resultando em uma ausência de absorção da cota patronal. Naiana ressaltou
417 que a natureza dos déficits e superávits entre os regimes é uma questão complexa. Ela
418 observou que, enquanto a tendência é que o Funaprev enfrente déficits à medida que mais
419 servidores se aposentam, o Previd, com a entrada de novos servidores a partir de 2014,
420 apresenta-se como superavitário. Dessa forma, há uma diferença entre os dois cenários:
421 enquanto um apresenta déficit, o outro mantém um superávit. Isaac acrescentou algumas
422 explicações adicionais sobre as razões pelas quais um fundo é superavitário enquanto o
423 outro é deficitário. O fundo PREVID é superavitário porque todos os que ingressaram a partir
424 de 2014 já iniciaram com uma contribuição imediata. As alíquotas começaram em 11% e
425 22%, chegando atualmente a 14% e 28%. Isso trouxe um alívio significativo, permitindo que

426 o fundo se mantivesse bem capitalizado. Outro ponto importante é que a maioria dos
427 participantes desse sistema está vinculada à média das remunerações, o que reduz o
428 compromisso financeiro futuro, resultando em uma menor despesa. Já no caso do
429 FUNAPREV, o cenário é diferente. A contribuição para a aposentadoria só começou a ser
430 exigida a partir de 1999. Isso significa que muitas pessoas que ingressaram antes desse
431 período não contribuíram para a aposentadoria, gerando um impacto maior nas despesas do
432 fundo. Assim, muitos recebem benefícios baseados na última remuneração, o que agrava a
433 situação financeira. Ele também mencionou que várias pessoas se encontram em regras de
434 transição que não se aplicam às reformas previdenciárias atuais, uma vez que já estão
435 aposentadas. Esses diversos fatores combinados resultam em um cenário completamente
436 distinto entre os regimes previdenciários. Isaac respondeu o questionamento do
437 conselheiro **Manuel Carlos** a respeito do processo que corre no Supremo Tribunal Federal a
438 respeito das contribuições de aposentados, no momento o ministro Gilmar Mendes pediu
439 vistas e o prazo de 90 dias está próximo de terminar. Se aprovado, esse processo pode gerar
440 um impacto de R\$200 milhões nas receitas, especialmente porque a contribuição dos
441 aposentados ultrapassaria a faixa dos R\$7.786, resultando em uma redução na receita do
442 estado. Isaac comentou que há discussões sobre a constitucionalidade dessa proposta, e a
443 expectativa é que novidades surjam nos próximos dias. Para lidar com os efeitos do déficit,
444 Isaac mencionou as medidas que o estado adotou desde 2013, como a segregação da massa
445 previdenciária, implementada a partir de 2014. Essa decisão foi crucial para vislumbrar a
446 possível eliminação do déficit previdenciário ao longo do tempo. Ele ressaltou que, ao
447 segregar a massa, o estado estabeleceu um prazo para a extinção do déficit anual, que varia
448 de R\$1,5 bilhões a R\$3 bilhões, que, sem essa medida, poderia se tornar um problema
449 perpétuo. A medida de segregação, segundo ele, garantiu que, um dia, o déficit atual
450 chegasse ao fim, com a continuidade apenas do PREVID que é um plano equilibrado. Isaac
451 destacou a importância dos conselheiros na gestão do plano, enfatizando que é
452 fundamental evitar que ele se torne um fundo deficitário. Ele também mencionou a
453 existência de um comitê de investimento, que se reúne para supervisionar os
454 investimentos e assegurar que eles estejam alinhados com as metas estabelecidas. Em
455 2016, houve a adequação das concessões de pensões civis à norma federal, o que resultou
456 em mudanças significativas, como a restrição de casamentos previdenciários que não eram

457 genuínos. Essa legislação introduziu novas carências e requisitos, como a exigência de união
458 estável e um período de carência de 18 meses, entre outras condições. Além das medidas
459 voltadas diretamente para mitigar os problemas financeiros e atuariais, houve outras ações
460 que, embora não estivessem diretamente relacionadas, contribuíram para o fortalecimento
461 da gestão previdenciária. Uma delas foi a criação da Cearaprev, em 2018, e a autorização
462 para a criação da CE-PREVCOM. A previdência complementar, promovida por essas
463 iniciativas, ajudou a amortecer a insuficiência, uma vez que apenas os benefícios até o teto
464 de R\$7.786,00 permanecem a cargo do regime previdenciário. O valor excedente é
465 direcionado para um sistema de capitalização, que busca complementar os rendimentos e
466 aliviar a pressão sobre o regime principal. Além disso, houve três transferências
467 significativas de beneficiários do fundo da Funaprev para o Previd, o que contribuiu para
468 aliviar o déficit da Funaprev. A primeira transferência ocorreu em 2018, quando 760
469 pensionistas foram migrados. Outra mudança importante, instituída por uma lei de 2020 e
470 com efeitos a partir de 2021, envolveu a migração de mais de 7.600 pensionistas, gerando
471 um movimento atípico na curva de despesas. Mais recentemente, em 2024, houve a
472 aprovação de uma nova transferência de 3.553 pensionistas. Essas medidas, embora
473 complexas, são benéficas para os servidores, garantindo o pagamento dos benefícios. Em
474 2019, ocorreram duas reformas importantes, uma voltada para os servidores civis e outra
475 para os militares. A reforma dos militares, embora menos comentada, também teve um
476 impacto significativo na redução do déficit, incluindo o aumento da contribuição dos
477 inativos e pensionistas desse grupo. Diferente dos servidores civis, que possuem algumas
478 isenções, os militares não contam com esse benefício, contribuindo integralmente para o
479 sistema. Isaac explicou que a alíquota é menor, sendo de 10,5% sobre o valor total. Por
480 exemplo, se um militar inativo recebe R\$10.000,00, a contribuição é de 10,5% sobre esse
481 montante integral. Ele destacou ainda a importância da identificação de óbitos, realizada
482 por meio do cadastramento e da prova de vida periódica. Segundo ele, essas ações são
483 fundamentais para atualizar o cadastro e evitar pagamentos indevidos. Isaac mencionou
484 que decidiu enfatizar a medida mais recente de mitigação do déficit, a comprovação de
485 óbito, por meio da prova de vida. **Carmelita** perguntou a Isaac, considerando sua
486 experiência anterior no cadastramento, sobre a estratégia atual para lidar com fraudes
487 identificadas. Ela mencionou que, na época em que trabalhava com o ID Funcional, foram

488 detectadas diversas fraudes, mas não observou iniciativas para recuperar os valores
489 desviados. Carmelita quis saber como a situação está atualmente, questionando se houve
490 avanços em estratégias para resgatar esses recursos que foram indevidamente pagos. Ela
491 relatou um caso específico que ocorreu na SEPLAG. Ela e sua equipe visitaram um abrigo
492 que, na realidade, não existia. A pessoa que alegava estar inválida e residir nesse abrigo
493 não estava sendo honesta, pois, ao chegarem ao local, descobriram que nem o abrigo nem
494 os moradores eram reais. Quando foram a outro endereço indicado, também não
495 encontraram um abrigo para idosos. Após identificar essa situação, a equipe decidiu não
496 autorizar o pagamento, mesmo enfrentando uma certa pressão para liberar os recursos. No
497 total, cerca de R\$70 mil estavam em jogo. A situação se complicou ainda mais quando foi
498 constatado que a pessoa que se apresentava como pensionista havia sido vizinha de uma
499 colega da SEPLAG, que confirmou ter testemunhado seu falecimento e participado do
500 velório. Anos depois, o filho da mulher entrou com um pedido afirmando que sua mãe
501 ainda estava viva. Carmelita destacou que a equipe conseguiu identificar todas essas
502 inconsistências de maneira clara. Havia uma pressão considerável para liberar os
503 pagamentos, mas os servidores da SEPLAG mostraram-se unidos na decisão de não ceder,
504 afirmando que haviam investigado a fundo e constatado a fraude. No entanto, mesmo com
505 a evidência, o recurso foi liberado. Carmelita questionou as implicações dessa decisão e o
506 que poderia ser feito a respeito no futuro. Ela mencionou que, embora os pagamentos
507 sejam liberados por determinação judicial, isso resulta na abertura de um crédito. Ela se
508 perguntou como a situação poderia ser acompanhada adequadamente. Além disso,
509 destacou a questão das pessoas que não são inválidas continuam a receber benefícios de
510 forma indevida e permanecem desidentificadas. Carmelita ressaltou que, nas perícias
511 médicas, há uma demanda crescente e muitos casos são identificados pela Procuradoria
512 Geral do Estado (PGE), que possui grande expertise em detectar essas situações. A PGE
513 realiza um trabalho exemplar na identificação de pessoas que se apresentam como
514 inválidas, mas que, na verdade, não o são. Carmelita quis saber como a Cearaprev está
515 lidando com essa questão atualmente. Isaac chamou a doutora Andréa para complementar
516 suas informações, ressaltando que ela estava mais a par dos detalhes do processo. Antes de
517 passar a palavra, ele explicou que a equipe ampliou o processo de verificação de
518 inconsistências, resultado de um trabalho recente em parceria com o Bradesco. Nesse

519 esforço, enviaram ao banco uma lista com todos os óbitos registrados, e conseguiram um
520 retorno positivo em relação a um bom percentual dos casos identificados. No entanto, ainda
521 restava um número residual de valores não recuperados. Foi então que a assessoria jurídica,
522 sob a orientação da doutora Andréa, assumiu a condução desses casos. Além de formalizar
523 notícias-crime, houve reuniões recentes com uma delegada, evidenciando a colaboração
524 com as autoridades policiais. Além disso, Isaac destacou que a parceria com a Procuradoria
525 tem gerado uma sinergia importante para o avanço dessas ações. Em seguida, ele passou a
526 palavra para a doutora Andréa, para que ela pudesse acrescentar mais detalhes sobre o
527 trabalho desenvolvido. **Andréa** explicou que, no início, havia poucas ferramentas
528 disponíveis para recuperar os valores pagos indevidamente. Um dos principais desafios era
529 a exigência do Bradesco em apresentar o atestado de óbito, um documento que nem
530 sempre estava disponível. No entanto, a legislação permite o uso de documentos oficiais,
531 além do atestado de óbito, para comprovação. Com o apoio da equipe da DEAT, através da
532 Paloma e do Isaac, foi possível identificar esses casos de forma mais eficaz e encaminhar as
533 informações ao Bradesco para as devidas restituições. Andréa destacou que os chamados
534 pagamentos indevidos ocorrem quando um aposentado ou pensionista falece, mas os
535 depósitos continuam sendo realizados em sua conta. Ela deu um exemplo para ilustrar a
536 situação: identificaram um óbito ocorrido em agosto do ano anterior, mas os depósitos
537 continuaram até setembro do ano seguinte. A partir dessa identificação, a equipe tomou
538 medidas para recuperar os valores pagos após a data do falecimento. Andréa explicou que,
539 em alguns casos, os depósitos indevidos continuavam por até um ano e um mês após o
540 óbito do beneficiário. Nesse período, a equipe realizava o cálculo dos valores e começou a
541 cobrar o ressarcimento do Bradesco. O banco, então, verificava se ainda havia saldo
542 disponível para recuperação. A partir dessa confirmação, nos casos que eram negativos, a
543 equipe passou a notificar formalmente os herdeiros do espólio. Quando não conseguiam
544 identificar os herdeiros, as notificações eram direcionadas ao próprio espólio (patrimônio
545 deixado pela pessoa falecida). Com o apoio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), esses
546 débitos eram inscritos na dívida ativa, tanto em nome do espólio quanto dos herdeiros.
547 Segundo Andréa, essa abordagem tem obtido bons resultados, pois muitos herdeiros têm
548 se apresentado para negociar a devolução dos valores à Cearaprev. Além disso, agora estão
549 sendo abertos inquéritos, considerando que esses casos configuram apropriação indébita. O

550 foco inicial das investigações está nos herdeiros, e, quando necessário, a polícia também
551 colabora para identificar os responsáveis de forma mais detalhada. Andréa destacou que
552 essas ações estão avançando, e os envolvidos já estão sendo convocados para definir os
553 procedimentos de devolução dos recursos. Andréa destacou que, em muitos casos, as
554 pessoas envolvidas não são desinformadas; na verdade, são indivíduos com um nível
555 elevado de educação e cultura, plenamente cientes de que estão cometendo uma
556 irregularidade. Embora a lei não aceite a alegação de desconhecimento como defesa, é
557 surpreendente perceber que a maioria dos envolvidos são pessoas esclarecidas. Ela
558 mencionou que a Polícia Civil já começou a identificar essas pessoas, e que o trabalho está
559 sendo liderado pela doutora Luciana, que está à frente dessa iniciativa. Segundo Andréa,
560 Luciana tem desempenhado um papel crucial nessa empreitada, coordenando as ações para
561 garantir que essas situações sejam devidamente investigadas e tratadas. **Carmelita**
562 questionou se já havia um percentual conhecido sobre a situação, ao que Andréa
563 respondeu, explicando o cenário atual. Ela mencionou que, recentemente, a equipe passou
564 a utilizar o SIRC, um sistema da Dataprev, que tem facilitado bastante o processo de
565 identificação de óbitos. Andréa observou que o doutor Isaac havia realizado um
566 levantamento detalhado e identificou que essa ferramenta seria de grande ajuda. Antes
567 desse sistema, não havia acesso direto aos registros de óbitos dos cartórios, o que
568 dificultava o processo. Andréa explicou que, anteriormente, era preciso aguardar que a
569 própria pessoa apresentasse o atestado de óbito ou esperar que a Secretaria da Fazenda
570 enviasse um relatório informando os óbitos. A equipe recebia esses relatórios em forma de
571 arquivos e fazia a conferência manualmente. Agora, com a integração da Dataprev, o
572 processo tornou-se mais ágil e eficiente. Andréa então sugeriu que o doutor Isaac
573 explicasse os detalhes técnicos sobre o uso da ferramenta, destacando que ele possuía um
574 conhecimento mais profundo sobre o funcionamento do sistema. Isaac comentou que,
575 atualmente, estão retirando mais de um milhão e duzentos mil reais da folha de
576 pagamento, com a suspensão de mais de 600 pessoas, graças ao cruzamento de dados com o
577 SIRC, o Sistema Integrado de Registro Civil. Esse ajuste gerou uma economia significativa,
578 embora ele não soubesse o número exato, mas ressaltou que o valor ultrapassa um milhão
579 de reais. O custo desse cruzamento de dados gira entre dez e onze mil reais, um
580 investimento que rapidamente demonstrou um retorno expressivo. Carmelita destacou a

581 importância de um sistema de controle eficiente, apontando que ele é tão essencial quanto
582 o aumento das contribuições. Ela enfatizou a necessidade de uma gestão eficaz e a
583 relevância do investimento de aproximadamente dez mil reais, que já gerou um retorno
584 imediato de mais de um milhão. Para ela, o custo-benefício é evidente e não deixa margem
585 para discussões. Carmelita também sugeriu que seria importante dar visibilidade a esse
586 trabalho, para que os segurados compreendam que práticas como essa configuram crime.
587 Embora reconheça que as famílias possam enfrentar dificuldades em momentos de luto e
588 que algumas justificam suas ações pela necessidade de sobrevivência, ela frisou que a
589 continuidade dessa prática é ilegal. Além disso, Carmelita observou que, especialmente no
590 caso de pensões de pessoas que se declaram inválidas, nem sempre essa condição é
591 legítima. Ela mencionou sua experiência acompanhando processos na Perícia Médica, onde
592 identificou pensionistas que não eram realmente inválidos, incluindo casos envolvendo
593 altos cargos do Estado, do Judiciário e do Legislativo. Muitos desses continuavam recebendo
594 pensões indevidamente. Por fim, ela ressaltou a importância de dar visibilidade ao trabalho
595 realizado pela equipe em conjunto com a PGE, considerando o impacto positivo dessas
596 ações. Isaac respondeu a Carmelita, sugerindo que, se ela e os demais membros
597 concordassem, poderiam apresentar uma tela na próxima reunião, detalhando os números
598 atualizados desse cruzamento de dados de óbitos, bem como as ações que estão sendo
599 tomadas a partir desses resultados. Andréa comentou que a adesão ao sistema da Dataprev
600 representou um grande avanço. Antes, o controle existente era bastante precário e pouco
601 eficiente, sem uma forma adequada de identificar os óbitos. Agora, com o novo sistema, o
602 processo tornou-se muito mais preciso. É possível enviar uma lista de beneficiários e
603 receber de volta informações detalhadas, incluindo a data do óbito de cada pessoa. Isso
604 trouxe mais segurança e eficácia ao controle dos registros. **Isaac** explicou que, até então, a
605 equipe utilizava a base de dados da Sesa, que era a única disponível. No entanto, esse
606 sistema apresentava algumas limitações, como um atraso significativo entre a ocorrência de
607 um óbito e o recebimento da informação. Além disso, a cobertura territorial era restrita ao
608 estado do Ceará. Com a implementação do SIRC, essa dinâmica mudou completamente. O
609 novo sistema oferece um fluxo de informações muito mais rápido e abrange todo o
610 território nacional, o que representa uma grande melhoria. Agora, mesmo quando os
611 aposentados ou pensionistas se deslocam para outras partes do país, é possível acompanhar

612 as atualizações de forma eficiente. Isso ampliou significativamente a capacidade de controle
613 e verificação da equipe. Isaac destacou a última medida adotada para a mitigação do déficit,
614 a última revisão da segregação da massa, mencionando que agora há uma economia
615 significativa para os cofres do Estado. Anteriormente, cerca de 14 milhões de reais eram
616 pagos diretamente através do regime estatal da Previdência, o que gerava um custo
617 elevado ao Estado. Agora, esse valor está sendo sustentado pelo novo regime de
618 previdência complementar, o que aliviou substancialmente a carga financeira do Estado. Ele
619 explicou que essa mudança foi possível graças a estudos detalhados e projeções financeiras
620 que foram amplamente analisados e encaminhados ao Ministro da Previdência. O processo
621 passou por todas as aprovações necessárias, incluindo a Assembleia Legislativa e o Governo.
622 Isaac encerrou informando que a equipe está à disposição para quaisquer esclarecimentos
623 adicionais que possam ser necessários, assegurando que todos os detalhes foram
624 cuidadosamente considerados. **Naiana** aproveitou o momento para parabenizar e agradecer
625 a apresentação de Isaac, destacando a clareza com que ele abordou um tema complexo. Ela
626 ressaltou que, ao longo do tempo, à medida que mais informações são compartilhadas,
627 todos conseguem se familiarizar melhor com o assunto e fazer as conexões necessárias, que
628 muitas vezes são o aspecto mais desafiador. Naiana também concordou com o ponto
629 levantado por Carmelita, enfatizando a importância do papel do conselho em buscar formas
630 de fortalecer tanto a arrecadação quanto a gestão das despesas. Ela mencionou que
631 algumas dessas despesas, na verdade, deveriam ser melhor monitoradas e direcionadas
632 para evitar custos indevidos. Na sequência, deixou o espaço aberto para que outros
633 presentes, tanto presencialmente quanto online, pudessem fazer colocações ou tirar
634 dúvidas. Caso não houvesse mais contribuições, ela sugeriu que a reunião poderia ser
635 encerrada, conforme a pauta prevista para essa reunião extraordinária. **Paula** deu um aviso
636 aos conselheiros e aos demais presentes, informando sobre os avanços no processo de
637 ressarcimento. Ela explicou que está em andamento a tramitação de uma proposta de
638 alteração na Lei Complementar 184, que criou a Cearaprev, com o intuito de permitir o
639 ressarcimento dos custos da certificação profissional dos conselheiros, exigida pelo
640 Ministério da Previdência para os titulares. Paula ressaltou que essa certificação não é
641 obrigatória para os suplentes e que o secretário Cialdini não está incluído no grupo de
642 pessoas que precisam dessa certificação. Ela finalizou informando que estão em contato

643 com o procurador e o setor jurídico para acelerar o envio da proposta à Assembleia
644 Legislativa, visando a aprovação o mais rápido possível. **Naiana** concluiu a reunião
645 agradecendo a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Elayne
646 Naglle Aguiar Oliveira, a presente Ata assinada pelos membros titulares presentes e/ou
647 suplentes representando.

648 Fortaleza - CE, 26 de setembro de 2024.

<p>NAIANA CORREA LIMA PEIXOTO:6449095539 1</p> <p>Assinado de forma digital por NAIANA CORREA LIMA PEIXOTO:64490955391 Dados: 2024.11.28 08:37:56 -03'00'</p> <p>NAIANA LIMA Membro Suplente</p>	<p>ADRIANO PINHEIRO DOS SANTOS:21954356 315</p> <p>Assinado de forma digital por ADRIANO PINHEIRO DOS SANTOS:21954356315 Dados: 2024.12.05 13:32:21 -03'00'</p> <p>ADRIANO PINHEIRO DOS SANTOS Conselheiro titular</p>
<p>ROMMEL BARROSO DA FROTA Conselheiro titular</p>	<p>MARCELO GONDIM PICAÑO Conselheiro titular</p>
<p>DENILSON DE OLIVEIRA ADRIANO Conselheiro Titular</p>	<p>PATRICIA LIMA DE SOUSA:66385423387</p> <p>Assinado digitalmente por PATRÍCIA LIMA DE SOUSA:66385423387 Data: 2024.11.01 10:14:21 -0300</p> <p>PATRÍCIA LIMA DE SOUSA Conselheiro Titular</p>
<p>NILSON DE SOUZA CARDOSO Conselheiro titular</p>	<p>Documento assinado digitalmente VIRGÍNIA MÁRCIA ASSUNÇÃO VIANA Data: 18/11/2024 16:36:32-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>VIRGÍNIA MÁRCIA ASSUNÇÃO Conselheiro titular</p>



Documento assinado digitalmente
MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES
Data: 05/11/2024 08:04:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES
Conselheiro titular



Documento assinado digitalmente
ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
Data: 24/01/2025 14:43:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
Conselheiro titular



Documento assinado digitalmente
SERGIO ANTONIO MARTINS DA SILVA
Data: 28/01/2025 15:18:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SÉRGIO ANTÔNIO MARTINS DA SILVA
Conselheiro titular